



Prefeitura de
Fortaleza



OFÍCIO N.º 0229 / 2007

Referente ao Ofício n.º 0294/2007 – COGEL

Assunto: Projeto de Lei nº 0193/07 (VETO PARCIAL)

Ementa: *“Aprova o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores (PCCS) dos servidores do ambiente especialidade Saúde/Instituto Dr. José Frota e dá outras providências.”*

RAZÕES DO VETO

Senhor Presidente,

Com o presente, valendo-me da competência constante no art. 76, IV, combinado com art. 47 § 1.º da Lei Orgânica de Fortaleza, comunico a V.Exa. e aos demais membros dessa E. Câmara ter **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei que *“Aprova o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores (PCCS) dos servidores do ambiente especialidade Saúde/Instituto Dr. José Frota e dá outras providências.”*, quanto ao art. 52, *in verbis*:

“Art. 52. Para os servidores que optarem por este plano e possuírem a verba denominada complemento salarial judicial, uma parcela percebida a tal título em abril de 2007 será aproveitada para fins de enquadramento na nova matriz salarial hierárquica, conforme item 5, do art. 40, desta Lei.

§1º A parcela remanescente passará a ser denominada vantagem pessoal nominalmente identificada, a qual será reajustada pelo mesmo índice geral concedido aos servidores do Poder Executivo Municipal e não poderá ser paga cumulativamente com outra parcela de mesma origem ou natureza decorrente de decisão judicial.

Exmo. Sr.
Agostinho Frederico Carmo Gomes
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta

*Recebido
em 11/09/07
[assinatura]*



Prefeitura de
Fortaleza



§ 2º Respeitado o princípio da irredutibilidade do valor nominal global da remuneração, fica garantido que o enquadramento previsto no *caput* não resultará em decréscimo remuneratório.”

Veto o artigo acima transcrito por razões de interesse público, em face de o mesmo não ter feito parte das negociações com a categoria, e transformar o sistema remuneratório daqueles que percebem complemento salarial judicial. A matéria poderá, no futuro, ser melhor estudada pelo Executivo e enviada posteriormente a essa Câmara.

Assim, em face do exposto, **VETO PARCIALMENTE** o projeto de Lei *in casu* (ART. 52), o que faço com esteio no art. 47, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Fortaleza, uma vez que não atende ao interesse público.

Sirvo-me do presente para reafirmar a V. Exa. e aos demais membros dessa Augusta Câmara, os protestos de elevada estima e apreço.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA, EM _____ DE _____ DE 2007.

LUIZIANNE DE OLIVEIRA LINS

PREFEITA DE FORTALEZA



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

LEI N. 9263 - , DE 11 DE setembro DE 2007.

Aprova o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) dos Servidores do ambiente especialidade Saúde/Instituto Dr. José Frota e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica aprovado o Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) do Município de Fortaleza para o ambiente especialidade/Saúde Instituto Dr. José Frota, entidade da administração indireta, obedecendo às diretrizes estabelecidas nesta Lei.

§ 1º O Plano de Cargos, Carreiras e Salários a que se refere o *caput* deste artigo atende a todos os servidores ocupantes de cargos e funções de caráter efetivo.

§ 2º Os cargos e carreiras estão estruturados em 2 (dois) núcleos de atividades que são inerentes ao trabalho do Instituto Dr. José Frota:

I – núcleo de práticas especializadas da saúde;

II – núcleo de gestão e apoio na saúde.

§ 3º Fica excluída dos efeitos deste Plano de Cargos, Carreiras e Salários a categoria médica.



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA

d) em junho de 2010, o valor da GEAHT será de 40% (quarenta por cento).

Art. 50. Este plano obedecerá, exclusivamente, às normas estabelecidas nesta Lei, não prevalecendo, para nenhum efeito, as normas definidas em planos, reclassificações e enquadramentos anteriores, exceto para aqueles servidores que não optarem pelo mesmo.

Art. 51. Aos aposentados e pensionistas do ambiente especialidade Saúde/Instituto Dr. José Frota serão asseguradas, quando já lhes forem atribuídas, as seguintes vantagens decorrentes da aplicação desta Lei:

I – nova classificação do vencimento básico na matriz salarial hierárquica, para fins de enquadramento;

II – todas as vantagens financeiras incidentes sobre o novo vencimento básico.

Art. 52. Para os servidores que optarem por este plano e possuírem a verba denominada complemento salarial judicial, uma parcela do valor percebido a tal título em abril de 2007 será aproveitada para fins de enquadramento na nova matriz salarial hierárquica, conforme item 5, do art. 40, desta Lei.

§ 1º A parcela remanescente passará a ser denominada vantagem pessoal nominalmente identificada, a qual será reajustada pelo mesmo índice geral concedido aos servidores do Poder Executivo Municipal e não poderá ser paga cumulativamente com outra parcela de mesma origem ou natureza decorrente de decisão judicial.

§ 2º Respeitado o princípio da irredutibilidade do valor nominal global da remuneração, fica garantido que o enquadramento previsto no caput não resultará em decréscimo remuneratório.

Art. 53. Será criada uma comissão setorial no Instituto Dr. José Frota (IJF), com perfil técnico, paritária, com representantes da administração pública e dos servidores, definida em decreto, que coordenará e encaminhará os resultados da promoção, progressão, titulação, preceptoria e tutoria para a Secretaria de Administração do Município, a quem cabe o poder de decisão.

Art. 54. Os níveis de classificação A, B e C terão os seus interstícios elevados para 1,8 % (um vírgula oito por cento) em 2008 e 2,0 % (dois por cento) em 2009, devendo o Poder Executivo publicar as matrizes salariais com as referidas elevações nos exercícios previstos.

Parágrafo único. A comissão setorial referida no caput deste artigo, funcionalmente subordinada à Secretaria de Administração do Município, será renovada ou revalidada a cada 3 (três) anos e seus membros não serão remunerados.